

# EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.

## Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 17.200.920/0001-56  
NIRE nº 16 300 001 162

---

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

A Administração da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“Cachoeira Caldeirão” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 1. Perfil Institucional

A Cachoeira Caldeirão é uma sociedade anônima cujo objeto social é a operação do empreendimento para geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com vigência até agosto de 2048.

A Usina está localizada no Rio Araguari, entre os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, Estado do Amapá, com capacidade instalada de 219,0 MW e energia assegurada de 123,3 MW médios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

### 2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Em 21.03.2025 o Conselho de Administração da ENGIE aprovou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), celebrado entre a ENGIE, na qualidade de compradora, e a EDP Energias do Brasil S.A. (“EDP”) e China Three Gorges Energia S.A. (“CTG”), na qualidade de vendedores, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. e da Companhia Energética do Jari, que englobam a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

A operação de aquisição da Companhia pela ENGIE foi concluída em 13.08.2025, após cumprimento das condições precedentes.

### 3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

### 4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia foi de 879,4 GWh, desempenho 4,5% superior à observada em 2024, que foi de 841,2 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingiu 94,18%. Importante destacar que a Usina passou a compor do portfólio de ativos da ENGIE a partir do 3º trimestre de 2025.

## 5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	200.650	181.845	18.805	10,3
Lucro bruto	58.321	69.021	(10.700)	(15,5)
Resultado do serviço (Ebit)	(141.742)	66.141	(207.883)	(314,3)
Ebitda (Lajida) <sup>1</sup>	(97.407)	111.250	(208.657)	(187,6)
Resultado financeiro	(56.802)	(60.970)	4.168	(6,8)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(207.928)	4.613	(212.541)	(4.607,4)

<sup>1</sup> Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

### Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento foi motivado pelo maior volume de operações no mercado de curto prazo e reajuste financeiro anual do contrato de suprimento de energia.

EBITDA: a redução é proveniente, substancialmente, do registro da provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente do aumento da renda de aplicações financeiras.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos.

## 6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

## 7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

## 8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

### A Administração

**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
**CNPJ Nº 17.200.920/0001-56 | NIRE Nº 16 300 001 162**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
 (Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.968	80.607
Contas a receber de clientes	5	27.775	23.844
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.868	5.025
Outros ativos circulantes		5.323	3.984
		<b>117.934</b>	<b>113.460</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos vinculados	6	87.994	89.974
Depósitos judiciais		5.265	4.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	80.423	88.726
Outros ativos não circulantes		1.214	30
		<b>174.896</b>	<b>183.204</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>799.354</b>	<b>1.033.755</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>22.009</b>	<b>16.673</b>
		<b>996.259</b>	<b>1.233.632</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.114.193</b>	<b>1.347.092</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	17.496	16.242
Instrumentos de dívida	12	65.432	57.706
Prêmios de seguros a pagar		3.103	-
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	13	1.308	1.247
Outros tributos a recolher		1.041	1.640
Outros passivos circulantes		7.596	7.772
		<b>95.976</b>	<b>84.607</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Instrumentos de dívida	12	605.230	648.844
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	13	14.337	14.031
Provisões para contingências	14	43.749	36.273
Outros passivos não circulantes		2.532	3.040
		<b>665.848</b>	<b>702.188</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	15		
Capital social		728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(376.231)	(168.303)
		<b>352.369</b>	<b>560.297</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.114.193</b>	<b>1.347.092</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
**CNPJ Nº 17.200.920/0001-56 | NIRE Nº 16 300 001 162**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>16</b>	<b>200.650</b>	<b>181.845</b>
<b>Custos da energia vendida</b>			
Depreciação e amortização	8/9	(44.335)	(45.109)
Energia elétrica comprada para revenda		(46.039)	(26.437)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(20.252)	(19.667)
Materiais e serviços de terceiros		(11.161)	(13.828)
Pessoal		(8.051)	(6.412)
Outros custos operacionais		(12.491)	(1.371)
		<b>(142.329)</b>	<b>(112.824)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>58.321</b>	<b>69.021</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(3.998)	(2.845)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	8	(196.060)	-
Outras (despesas) operacionais, líquida		(5)	(35)
<b>(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(141.742)</b>	<b>66.141</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Renda de depósitos vinculados		11.529	9.497
Renda de aplicações financeiras		10.189	8.848
Outras receitas financeiras, líquidas		1.088	148
Juros e variação monetária sobre instrumentos de dívida	12	(73.957)	(70.210)
Juros e variação monetária sobre concessões a pagar (Uso de Bem Público)	13	(1.678)	(1.795)
Provisões		(2.607)	(6.213)
Outras despesas financeiras, líquidas		(1.366)	(1.245)
		<b>(56.802)</b>	<b>(60.970)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(198.544)</b>	<b>5.171</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	17	(1.081)	(1.492)
Diferido	7	(8.303)	934
		<b>(9.384)</b>	<b>(558)</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(207.928)</b>	<b>4.613</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(207.928)</b>	<b>4.613</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(207.928)</b>	<b>4.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
**CNPJ Nº 17.200.920/0001-56 | NIRE Nº 16 300 001 162**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
**(Em milhares de reais)**

		Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
	Nota			
<b>Saldos em 31.12.2023</b>		<b>728.600</b>	<b>(172.916)</b>	<b>555.684</b>
Lucro líquido do exercício		-	4.613	4.613
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>15</b>	<b>728.600</b>	<b>(168.303)</b>	<b>560.297</b>
Prejuízo do exercício		-	(207.928)	(207.928)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>15</b>	<b>728.600</b>	<b>(376.231)</b>	<b>352.369</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
**CNPJ Nº 17.200.920/0001-56 | NIRE Nº 16 300 001 162**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos tributos	(198.544)	5.171
<b>Conciliação do lucro com o caixa das operações:</b>		
Depreciação e amortização	44.335	45.109
Juros e variação monetária	73.957	70.210
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	1.678	1.795
Renda de depósitos vinculados	(11.529)	(9.497)
Renda de depósitos judiciais	(1.088)	(148)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	196.060	-
Outros	3.410	6.518
<b>Lucro antes dos tributos ajustado</b>	<b>108.279</b>	<b>119.158</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(3.931)	3.445
Impostos a recuperar	(5.843)	(9.886)
Depósitos vinculados	6.108	(478)
Imposto de renda diferido	8.303	(934)
Outros ativos	(2.523)	634
<b>(Redução) aumento nos passivos</b>		
Fornecedores	1.254	(3.328)
Obrigações fiscais	(599)	12.351
Outros passivos	1.358	(3.395)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>112.406</b>	<b>117.567</b>
Pagamento de juros sobre instrumentos de dívidas	(53.484)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1.287)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>58.922</b>	<b>116.280</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(11.330)	(17.704)
Pagamento de parcelas de concessões (Uso de Bem Público)	(1.311)	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(12.641)</b>	<b>(17.704)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento do principal sobre instrumentos de dívidas	(56.361)	(52.652)
Pagamento de juros sobre instrumentos de dívidas	-	(56.408)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	3.441	(10.804)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(52.920)</b>	<b>(119.864)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.639)</b>	<b>(21.288)</b>
<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo inicial	80.607	101.895
Saldo final	73.968	80.607
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.639)</b>	<b>(21.288)</b>
<b>Transações que não envolveram caixa e equivalente de caixa:</b>		
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(4.771)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
**CNPJ Nº 17.200.920/0001-56 | NIRE Nº 16 300 001 162**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

## **NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“Cachoeira Caldeirão” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 26.10.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração do potencial hidrelétrico da Usina Hidroelétrica Cachoeira Caldeirão e a comercialização da energia elétrica gerada por tal usina, assim como a realização de qualquer outro serviço que possa, total, ou parcialmente, estar ligado ao seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a UHE Cachoeira Caldeirão (“Usina”), a qual está localizada no rio Araguari, no estado do Amapá (AP). A Usina possui capacidade instalada de 219 MW<sup>1</sup> e garantia física de 123,3 MW médios. Em 05.05.2016, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “EBE”), com o qual mantêm contrato de prestação de serviços.

## **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

### **a) Continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

---

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

## NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Instrumentos financeiros

#### a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

#### a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

#### a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

#### a.4) Fornecedores

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

#### a.5) Instrumentos de dívida

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

#### a.6) Concessões a pagar (Uso do Bem público - UBP)

Correspondem às obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

### b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

#### **d) Intangível**

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020, nº 14.182/2021 e resolução autorizativa nº 16.467/2025, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido quando o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica “Direito de extensão de concessão”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão.

#### **e) Transações entre partes relacionadas**

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

#### **f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

#### **g) Reconhecimento da receita de venda de energia**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

#### **h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

##### **h.1) Imposto de renda e contribuição social correntes**

São calculados individualmente de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

##### **h.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

São calculados aplicando-se as alíquotas nominal previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

#### **i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado e intangível; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) taxa de desconto aplicada nas concessões a pagar (UBP) e (iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

## j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p><b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27</b> Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p><b>Orientação Técnica OCPC nº 10</b> A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p><b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

## k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p><b>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</b> Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p><b>CPC 51</b> O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

#### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	16.848	8.045
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	57.120	-
Aplicações financeiras em certificado de depósito bancário - CDB	-	72.562
	<b>73.968</b>	<b>80.607</b>

A Companhia é participante do fundo soberano do Itaú, cuja gestão é feita pelo Banco Itaú, com investimentos majoritariamente em títulos públicos. A rentabilidade média do fundo no ano de 2025 foi de cerca de 99,8% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

#### NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, o saldo de R\$ 27.775 (R\$ 23.844 em 31.12.2024) refere-se aos valores vincendos a receber dos contratos decorrentes da venda de energia no ACR. O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 22 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

#### NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 87.994 (R\$ 89.974 em 31.12.2024) referentes a aplicações dadas em garantia, bem como, garantias vinculadas ao contrato de emissão de debêntures e ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As garantias vinculadas às dívidas visam assegurar ao credor o pagamento dos serviços da dívida em caso de inadimplemento da beneficiária, conforme previsto nos instrumentos contratuais. O depósito vinculado ao BNDES corresponde ao montante mínimo equivalente a três meses do serviço da dívida. Contudo, nos termos dos *covenants* do contrato, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) não seja atingido, a Companhia deverá elevar o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida para valor equivalente a seis meses do serviço da dívida.

## NOTA 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

### a) Composição

Natureza	31.12.2025			31.12.2024	
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
<b>Passivo:</b>					
Uso do Bem Público (UBP)	15.341	3.835	1.381	5.216	7.636
Remuneração do ativo financeiro de concessão	6.398	1.172	576	1.748	-
Repactuação de risco hidrológico	1.573	289	142	431	559
Outros	13.506	2.569	1.216	3.785	4.759
		<b>7.865</b>	<b>3.315</b>	<b>11.180</b>	<b>12.954</b>
<b>Ativo:</b>					
Uso do Bem Público (UBP)	30.986	5.786	2.789	8.575	10.558
Licença ambiental	7.910	1.966	712	2.678	2.622
Provisões para contingências	42.535	10.634	3.828	14.462	12.106
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	222.522	45.819	20.027	65.846	76.155
Outros	125	31	11	42	239
		<b>64.236</b>	<b>27.367</b>	<b>91.603</b>	<b>101.680</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>(56.371)</b>	<b>(24.052)</b>	<b>(80.423)</b>	<b>(88.726)</b>

#### a.1) Ativo fiscal diferido não reconhecido

Em 31.12.2025, a Companhia possuía créditos fiscais não utilizados, oriundos do reconhecimento da provisão para redução ao valor recuperável de ativos no valor de R\$ 196.060. O ativo fiscal diferido correspondente não foi reconhecido devido à expectativa de não realização desse valor por parte da Companhia.

### b) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo
2026	615	136
2027	697	136
2028	1.049	136
2029	1.615	136
2030	2.167	136
2031 a 2033	3.446	408
2034 a 2048	82.014	10.092
	<b>91.603</b>	<b>11.180</b>

## NOTA 8. IMOBILIZADO

### a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	3,4%	463.569	(170.958)	292.611	395.734
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	366.771	(117.375)	249.396	307.596
Edificações e benfeitorias	3,1%	275.820	(99.025)	176.795	234.002
Outros	10,3%	87.376	(27.752)	59.624	62.488
		<b>1.193.536</b>	<b>(415.110)</b>	<b>778.426</b>	<b>999.820</b>
<b>Em curso</b>					
		20.928	-	20.928	33.935
		<b>1.214.464</b>	<b>(415.110)</b>	<b>799.354</b>	<b>1.033.755</b>

### b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Outros	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>413.610</b>	<b>320.554</b>	<b>244.166</b>	<b>65.163</b>	<b>16.585</b>	<b>1.060.078</b>
Ingressos	-	-	-	-	19.273	19.273
Transferências	289	-	14	250	(553)	-
Baixas	-	-	-	-	(1.370)	(1.370)
Depreciação	(18.165)	(12.958)	(10.178)	(2.925)	-	(44.226)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>395.734</b>	<b>307.596</b>	<b>234.002</b>	<b>62.488</b>	<b>33.935</b>	<b>1.033.755</b>
Ingressos	-	-	-	-	4.940	4.940
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>	(83.636)	(62.378)	(50.046)	-	-	(196.060)
Transferências	(1.464)	16.848	2.616	(53)	(17.947)	-
Depreciação	(18.023)	(12.670)	(9.777)	(2.811)	-	(43.281)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>292.611</b>	<b>249.396</b>	<b>176.795</b>	<b>59.624</b>	<b>20.928</b>	<b>799.354</b>

1) Durante o processo de aquisição da Companhia, o valor justo do ativo foi mensurado e, diante disso, foi identificada a necessidade de registrar o *impairment* no montante de R\$ 196.060, relativos à obsolescência econômica da Usina. Em 31.12.2024 a Companhia não identificou indicadores que resultem na necessidade de constituição de *impairment*.

### c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

O Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, as quais a Companhia entende refletirem as vidas úteis dos bens, porém limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2025 e 31.12.2024.

## NOTA 9. INTANGÍVEL

### a) Composição

	Período de amortização	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de ativo	Até 2048	39.335	(20.746)	18.589	13.591
Direito de extensão de concessão	Até 2048	1.875	(302)	1.573	1.642
Outros	Até 2048	1.678	(927)	751	426
		<b>42.888</b>	<b>(21.975)</b>	<b>20.913</b>	<b>15.659</b>
<b>Em curso</b>		<b>1.096</b>	<b>-</b>	<b>1.096</b>	<b>1.014</b>
		<b>43.984</b>	<b>(21.975)</b>	<b>22.009</b>	<b>16.673</b>

#### a.1) Direito de uso de ativo

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de uso de ativo relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.

#### a.2) Direito de extensão de concessão

Os geradores hidrelétricos que participam do MRE obtiveram pela Lei nº 13.203, de 08.12.2015, alterada pela Lei 14.052/2020, o direito à compensação pelo agravamento do GSF entre os anos de 2012 e 2023, decorrente de fatores alheios ao risco hidrológico. Em 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. As Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, posteriormente complementada pela Resolução Homologatória nº 3.439/2025 homologaram o prazo de extensão das outorgas em 82 dias para a Companhia.

### b) Mutações do intangível

	Direito de uso de ativo	Direito de extensão de concessão	Outros	Em curso	Total
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>15.160</b>	<b>1.713</b>	<b>240</b>	<b>1.294</b>	<b>18.407</b>
Ingressos	-	-	-	304	304
Baixas	(828)	-	-	(327)	(1.155)
Transferência	-	-	257	(257)	-
Amortização	(741)	(71)	(71)	-	(883)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>13.591</b>	<b>1.642</b>	<b>426</b>	<b>1.014</b>	<b>16.673</b>
Ingressos	5.899	-	-	491	6.390
Transferência	-	-	409	(409)	-
Amortização	(901)	(69)	(84)	-	(1.054)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>18.589</b>	<b>1.573</b>	<b>751</b>	<b>1.096</b>	<b>22.009</b>

#### c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2025, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

## NOTA 10. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada	9.608	6.136
Fornecedores de materiais e serviços	4.322	8.158
Encargos de uso da rede elétrica	3.268	1.948
Fornecedores de imobilizado	298	-
	<b>17.496</b>	<b>16.242</b>

## NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

### a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP e do IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
TJLP	9,1%	9,2%	0,1 p.p.	2,3 p.p.	-0,4 p.p.
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(\*) Variações sobre o cenário provável de 2026.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
<b>Financiamento</b>				
TJLP	530.099	(456)	(8.707)	1.443
<b>Debêntures</b>				
IPCA	140.563	332	(1.310)	(63)
<b>Concessões a pagar (Uso de Bem Público)</b>				
IPCA	15.645	(2)	(759)	41

### b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzidos dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento e debêntures	530.099	542.427
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(73.968)	(80.607)
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(87.994)	(89.974)
<b>Dívida líquida</b>	<b>368.137</b>	<b>371.846</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>352.369</b>	<b>560.297</b>
<b>Endividamento líquido / Patrimônio líquido</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>

### c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados no fundo soberano do Itaú, cuja gestão é feita pelo Banco Itaú, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	17.496	-	-	-	17.496	17.496
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	1.357	2.734	2.734	24.161	30.986	15.645
Financiamento	29.932	66.345	54.880	-	151.157	530.099
Debêntures	35.500	137.932	137.932	471.266	782.630	140.563
	<b>84.285</b>	<b>207.011</b>	<b>195.546</b>	<b>495.427</b>	<b>982.269</b>	<b>703.803</b>

### e) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

A garantia física da Usina é de 123,3 MW médios, das quais a energia segura foi comercializada no ACR através de contratos, sendo contratos totalizando 123,3 MW médios. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente.

#### f) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	57.120	72.562
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	16.848	8.045
Contas a receber de clientes	27.775	23.844
Depósitos vinculados	87.994	89.974
	<b>189.737</b>	<b>194.425</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Fornecedores	17.496	16.242
Financiamento e debêntures	530.099	542.427
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	15.645	15.278
	<b>563.240</b>	<b>573.947</b>

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

## NOTA 12. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

### a) Composição

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamento	29.932	500.167	530.099	27.824	514.603	542.427
Debêntures	35.500	105.063	140.563	29.882	134.241	164.123
	<b>65.432</b>	<b>605.230</b>	<b>670.662</b>	<b>57.706</b>	<b>648.844</b>	<b>706.550</b>

## b) Mutação

	Financiamento	Debêntures	Total
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>560.885</b>	<b>184.515</b>	<b>745.400</b>
Juros e variação monetária	48.281	21.929	70.210
Amortização do principal	(23.501)	(29.151)	(52.652)
Amortização de juros	(43.238)	(13.170)	(56.408)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>542.427</b>	<b>164.123</b>	<b>706.550</b>
Juros e variação monetária	55.536	18.421	73.957
Amortização do principal	(25.838)	(30.523)	(56.361)
Amortização de juros	(42.026)	(11.458)	(53.484)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>530.099</b>	<b>140.563</b>	<b>670.662</b>
Passivo circulante			65.432
Passivo não circulante			605.230
			<b>670.662</b>

## c) Vencimentos do financiamento e das debêntures apresentados no passivo não circulante

Ano	Financiamento	Debêntures	Total
2027	30.387	27.093	57.480
2028	32.892	27.093	59.985
2029	35.600	27.093	62.693
2030	38.526	23.784	62.310
2031	41.693	-	41.693
2032 a 2037	321.069	-	321.069
	<b>500.167</b>	<b>105.063</b>	<b>605.230</b>

## d) Condição contratada

	Quantidade <sup>1</sup>	Remuneração	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
			Vencimento	Principal e encargos	
<b>Financiamento</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES	-	TJLP + 2,12% a.a.	10.2037	Mensal	530.099
<b>Debêntures</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
3ª emissão - Série 1	15.650	IPCA + 7,27% a.a.	06.2030	Semestral	140.563

1) Aplicável somente para debêntures.

## e) Garantias

As garantias são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) contas reserva em montante equivalente a 3 ou 6 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa.

## f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2025
<b>Financiamento e Debêntures</b>		
BNDES e 3ª emissão – Série 1	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) <sup>1</sup> ≥ 1,20 e (ii) Índice de Capitalização (ICP) <sup>2</sup> ≥ 20%	(i) 0,89 <sup>3</sup> (ii) 32%

1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

2) Índice de Capitalização: Patrimônio líquido / Ativo total

3) Nos termos da Escritura de Debêntures e do Contrato de Financiamento com o BNDES, o descumprimento do ICSD não configura evento de vencimento antecipado.

Os compromissos financeiros estabelecidos no contrato de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos. A Companhia não atingiu o limite mínimo do ICSD estabelecido na escritura de emissão de debêntures e no contrato de financiamento com o BNDES, no exercício findo em 31.12.2025. No entanto, o descumprimento não configura vencimento antecipado, resultando apenas na obrigação de duplicar o saldo da conta reserva (o qual já vem preenchido de anos anteriores).

### NOTA 13. CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na Companhia. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 7% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

#### a) Mutação da concessão a pagar

<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>14.734</b>
Juros e variação monetária	1.795
Amortizações	(1.251)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>15.278</b>
Juros e variação monetária	1.678
Amortizações	(1.311)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>15.645</b>
Passivo circulante	1.308
Passivo não circulante	14.337
	<b>15.645</b>

#### b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2025, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Até 01.12.2048	658	15.360	1.357	30.986

### c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	1.230
2028	1.148
2029	1.072
2030	1.001
2031	936
2032 a 2036	3.818
2037 a 2048	5.132
	<b>14.337</b>

## NOTA 14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

### c) Composição das contingências de riscos prováveis

	31.12.2025	31.12.2024
Cíveis	38.555	35.606
Fiscais	5.180	667
Trabalhistas	14	-
	<b>43.749</b>	<b>36.273</b>

#### a.1) Mutação das provisões

	Cíveis	Fiscais	Trabalhista	Total
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>29.658</b>	<b>667</b>	-	<b>30.325</b>
Adições de constituição	803	119	-	922
Atualizações	6.213	-	-	6.213
Reversão por pagamento	(1.031)	-	-	(1.031)
Reversão por revisão	(37)	(119)	-	(156)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>35.606</b>	<b>667</b>	-	<b>36.273</b>
Adições de constituição	342	4.513	14	4.869
Atualizações	2.607	-	-	2.607
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>38.555</b>	<b>5.180</b>	<b>14</b>	<b>43.749</b>

### d) Composição das contingências de riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em processos judiciais que, na avaliação de seus consultores jurídicos e de sua Administração, não apresentam risco provável de desembolso futuro e, por esse motivo, os valores relativos a esses processos não são provisionados.

#### b.1) Riscos possíveis

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	21.514	18.928
Cíveis	157	3.549
	<b>21.671</b>	<b>22.477</b>

#### b.2) Riscos remotos

Em 31.12.2025 a Companhia possuía R\$ 906.609 (R\$ 237.974 em 31.12.2024) de contingências de natureza Cíveis.

## NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 728.600 , representado por 728.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 21.03.2025 celebrou-se o contrato de compra e venda entre ENGIE Brasil Energia S.A, na qualidade de compradora, e EDP Energias do Brasil S.A. e China Three Gorges Energia S.A., na qualidade de vendedoras, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. A conclusão da operação ocorreu em 13.08.2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas contratualmente. A composição acionária é apresentada abaixo, demonstrando a movimentação ocorrida no ano de 2025:

Acionista	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação
ENGIE Brasil Energia S.A.	728.000.000	100%	-	-
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	364.000.000	50%
China Three Gorges Energia S.A.	-	-	364.000.000	50%

## NOTA 16. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Suprimento de energia elétrica	213.884	204.593
Transações no mercado de curto prazo	7.836	3.209
	<b>221.720</b>	<b>207.802</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
PIS e Cofins	(19.145)	(17.854)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.925)	(1.749)
Outras deduções	-	(6.354)
	<b>(21.070)</b>	<b>(25.957)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>200.650</b>	<b>181.845</b>

## NOTA 17. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025			2024
	IR	CSLL	Total	Total
Resultado antes dos tributos	(198.544)	(198.544)	(198.544)	5.171
Alíquota nominal	25%	9%	34%	34%
Despesas às alíquotas nominais	49.636	17.869	67.505	(1.758)
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais	43	-	43	1.145
Ajustes de exercícios anteriores	(10.451)	-	(10.451)	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos <sup>1</sup>	(48.895)	(17.602)	(66.497)	-
Outros	18	(2)	16	55
	<b>(9.649)</b>	<b>265</b>	<b>(9.384)</b>	<b>(558)</b>
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(777)	(304)	(1.081)	(1.492)
Diferido <sup>1</sup>	(8.872)	569	(8.303)	934
	<b>(9.649)</b>	<b>265</b>	<b>(9.384)</b>	<b>(558)</b>
Alíquota efetiva	-5%	0%	-5%	11%

1) Durante o processo de aquisição da Companhia, o valor justo dos ativos imobilizados foi mensurado e, diante disso, foi identificada a necessidade de registrar o *impairment*, relativos à obsolescência econômica da Usina.

## NOTA 18. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

### a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 15º Leilão de Energia Nova realizado em 2017, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2017, respectivamente. Em 31.12.2025, o saldo remanescente do contrato é de R\$ 4.819.958.

### b) Contrato de utilização do sistema

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão (CUST) e contrato de conexão com empresas de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2025, o saldo a realizar do contrato é de R\$ 513.926.

### c) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 5.640.

### d) Contratos repactuação do risco hidrológico

A dezembro de 2015, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no mercado regulado. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia. Os pagamentos estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2025, é de R\$ 31.091.

## NOTA 19. PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

### a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31.12.2025 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos.

## b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	PASSIVO		RESULTADO	
	Fornecedores	Outros passivos	Compra de energia	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
Engie Brasil Energia	9.029	3.103	21.904	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	58
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	36
Graúna Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	1
<b>31.12.2025</b>	<b>9.029</b>	<b>3.103</b>	<b>21.904</b>	<b>95</b>
EDP Energias do Brasil S.A. <sup>1</sup>	1.440	54	(9.505)	(261)
<b>31.12.2024</b>	<b>13.707</b>	<b>54</b>	<b>(9.505)</b>	<b>(261)</b>

1) As transações entre partes relacionadas apresentadas em 31.12.2024, referem-se as transações entre empresas da EDP Energias do Brasil S.A, detentora das ações da Companhia no encerramento do mesmo período. Maiores detalhes, vide Nota explicativa 15 – Patrimônio Líquido.

### NOTA 20. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE Brasil Energia. A vigência do seguro é até 31.05.2026 e o valor de cobertura é de R\$ 1.311.814 relativa a danos materiais e R\$ 218.233 relativa a lucros cessantes.

*(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.)*

## DIRETORIA EXECUTIVA

---

Marcelo Brugnaro Schultz  
Diretor Executivo

Fabício Schiller Oliveira  
Diretor Administrativo e Financeiro

José Carlos Borgmann  
Diretor Técnico-Operacional

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

---

Márcio dos Santos Rosa  
Contador - CRC SC 023609/O-7



Shape the future  
with confidence

Tarumã Office  
Rua 7 de Setembro, 1600  
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro  
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil  
Tel: +55 47 2111-0700  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
**EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**  
Florianópolis-SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,



Shape the future  
with confidence

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



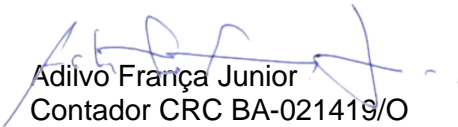
Shape the future  
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SC-000048/F

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC BA-021419/O